

Capítulo 15 - DOI:10.55232/1082027.15

A JUSTAPOSIÇÃO DO CURRÍCULO OFICIAL AO OPERACIONAL (REAL) ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COM AS PRÁTICAS INOVADORAS LIGADAS À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADÃ DO CENÁRIO DA COVID-19.

Norberto Huber

RESUMO: O presente artigo científico intenciona contextualizar olhares sobre a justaposição do currículo oficial ao operacional (real) às políticas públicas com as práticas inovadoras ligadas à inclusão tecnológica, digital e cidadã a partir do cenário da Pandemia - Covid-19, indo ao encontro das diretrizes delineadas pela ciência e tecnologia. Toma-se como prerrogativa à inclusão cidadã todos os acessos ao conhecimento produzido e sistematizado pela humanidade, do conhecimento mais simples ao mais complexo. Ninguém nasce sabendo. Corresponde ao vetor que conduz cada pequeno passo dessa longa caminhada de seres humanos ao mundo científico e tecnológico. Na última década os parâmetros e as relações existenciais aceleraram de tal velocidade que o nosso mundo passou a ter sinônimo de digital / virtual (Aldeia Global) arquitetadas pelo fenômeno da informatização, internet, relações online e da educação científica digital. Acredita-se no poder transformador da tecnologia e na necessidade da inclusão digital cidadã contemporânea. Para este propósito, o acesso à cidadania deve ser potencializado por políticas públicas ao acesso de todos ao universo digital e à seus serviços, como: Vendas e compras online; emissão de documentos; transações financeiras; levantamento de direitos e de informações oficiais de entidades ou, do governo; redes sociais; aulas, shows, palestras, reuniões e entretenimentos. Praticidade de conectividade, otimizando tempo e espaço; benefícios e vantagens.

Palavras-chave: Currículo, políticas públicas, práticas inovadoras.

INTRODUÇÃO

A necessidade do alinhamento formal ao real / operacional do currículo como processo deve ser implementado às políticas públicas estarem em consonância às práticas inovadoras da tecnologia para a viabilização do ensino remoto no cenário pandêmico da Covid-19 imprime um ritmo de caráter emergencial. O grande desafio é entender como mediar a aquisição do conhecimento de uma geração nascida na cultura digital, diante de parcelas ainda excluídas do mesmo. Os aparelhos móveis conectados à internet estão cada vez mais presentes na vida das pessoas. A facilidade que se tem em adquirir um Smartphone ou um tablet, é revelado por vários dados da pesquisa que mostra um crescimento superior a 80%, superando os Desktops. Nesse universo conectado estão os professores e as escolas que, diferindo em graus de habilidade, fazem uso dessas tecnologias. Isso porque, utilizar as tecnologias em contextos educacionais científicos vai muito além de ser um mero usuário das mesmas, constitui-se de uma reciclagem cultural da instituição, de maneira que as tecnologias da informação e da comunicação trabalhem a serviço da contínua formação de estudantes / cidadãos preparados para participar ativamente da sociedade contemporânea. Segundo MAURI e ONRUBIA (2010, p.118),

Trata-se de aprender a dominar e a valorizar uma nova cultura de aprendizagem”. Novas tecnologias trazem exigências de novas posturas pedagógicas.

Nesta perspectiva ARRUDA, Eucidio, destaca a Implementação das tecnologias digitais nos currículos das escolas de Educação Básica dos países membros da OCDE que trata da educação remota emergencial: elementos para para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19, em <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>, p1:

O Covid-19 espalhou-se rapidamente pelo mundo em 2020 e gerou a inédita situação em que 90% da população estudantil está isolada em todo o mundo. Neste trabalho, procuramos evidenciar a excepcionalidade da situação que levou inúmeros países a desenvolver ações de educação remota emergencial e as implicações nos diferentes níveis educacionais. Analisamos o contexto brasileiro, no qual evidencia-se uma incipiência na apropriação de tecnologias digitais na educação pública. Identificamos as principais informações sobre acesso à internet no país, no sentido de discutir possíveis políticas educacionais com vistas ao fomento d a manutenção do convívio escolar, ainda que em patamares digitais, de maneira a fortalecer a escola como eixo central da sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Diante desse cenário, o presente artigo objetiva adotar uma metodologia bibliográfica e segue as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para analisar a justaposição do currículo oficial ao operacional (real) às políticas públicas com as práticas inovadoras ligadas à inclusão digital e cidadã proporcionando e promovendo um cidadão contextualizado às necessidades da contemporaneidade. Nossa sociedade, que vivenciamos permeado da utilização de tecnologias digitais, da educação científica e tecnológica são consideradas como elementos potencializadores para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Encontramo-às presente nos discursos de políticos, de cientistas e tecnólogos, de especialistas em educação e da sociedade em geral, desencadeando um conjunto de novas relações e práticas inovadoras nas diversas áreas, especificando o da educação, desde as universidades até a base das instituições primárias./ básicas. Diante desta realidade, deflagrada pelos contínuos avanços da ciência e tecnologia, os gestores políticos e especialistas devem justapor os currículos de acordo, alinhando e otimizando as relações entre todos os segmentos da sociedade politicamente organizada e analisando as normas de conduta dos cidadãos do conjunto da sociedade e garantindo e assegurando a aceitação desta nova realidade novas; relações nas instituições de educação que, por meio dos seus sujeitos, permitem que estas tecnologias sejam viabilizadas e devidamente utilizadas. São estas relações que, atuando no discurso das políticas educacionais, nos currículos oficiais e operacionais permitem a formação de programas. Cada campo discursivo, político, econômico e científico desenvolvem currículos próprios de formação de seus objetos. O conjunto de relações que este objeto estabelece em cada campo, caracteriza uma formação discursiva entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Do breve contexto exposto, se compreende o que possibilitou o aparecimento do enunciado quanto à importância do uso de tecnologias digitais nas instituições oficiais de ensino e nas novas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, constituindo uma prática discursiva e desafiadora. A Pandemia do Covid-19, destaque, despertou-nos para esta justaposição e nessa perspectiva, afirma Honorato em seu artigo disponível em <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/?lang=ptformat=pdf>, página 2:

Esse cenário epidemiológico pandêmico causado pelo novo coronavírus implicou a adoção de medidas econômicas, políticas, sociais e sanitárias nas esferas federal, estadual e municipal, que tinham como foco o distanciamento social, a redução da propagação do vírus e a prevenção do colapso do sistema de saúde. Diante da preocupação com a transmissibilidade entre docentes, discentes e funcionários, as Instituições de Ensino Superior no Brasil e no mundo suspenderam as aulas presenciais e adotaram - a grande maioria delas - estratégias de ensino e aprendizagem virtuais, com o objetivo de tentar reduzir o índice de evasão dos estudantes, e prosseguir com as atividades acadêmicas, bem como com seus calendários letivos.

O objetivo, portanto, é refletir se um docente com experiência na utilização de tecnologias, traz a garantia em sua prática docente de uma mediação desses recursos de maneira a promover um ambiente profícuo em cooperação e ativa participação do aluno na composição dos conhecimentos. Adequar o aprendizado significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante, desenvolver as habilidades socioemocionais previstas na BNCC, reorganizar conteúdos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos. Avaliar e criar estratégias de recuperação da aprendizagem, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem. Assim diz GLEIDIS R. GUERRA na página on line, Aventura de construir, <https://aventuradeconstruir.org.br/>, p.1:

A pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar a novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças com níveis de aprendizado diferentes. A inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia.

Logo, o currículo educacional é o vetor do processo de socialização dos indivíduos.

Ao receber educação, o indivíduo assimila e adquire conhecimentos. O processo educativo acaba por ser materializado em uma série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. De acordo com o grau de sensibilização alcançado, tais valores podem durar toda uma vida ou apenas durante um determinado período de tempo. Como aponta CHARLOT (2000) ao ser destacado por LIBÂNEO (2005, p.23),

A educação é portanto o processo por meio do qual um certo membro da espécie humana, desprovido de instintos e capacidades que lhe permitiria sobreviver rapidamente sozinho, se apropria, graças à mediação dos adultos, de um patrimônio humano de práticas, saberes, formas subjetivas e obras. Tal apropriação lhe permite se tornar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, um ser humano, membro de uma sociedade e de uma comunidade, e um indivíduo singular, considerado absolutamente um ser original.

Deste modo, a educação é um triplo processo de humanização, socialização e singularização. Importe ressaltar ainda que esse triplo processo só é possível mediante a apropriação de um patrimônio humano. Dito isso, pode-se afirmar que a educação é cultura, em três sentidos que não podem ser dissociados. (CHARLOT, 2000 Apud LIBÂNEO, 2005, p. 23)

Cientes que o espaço escolar está em dissonância em relação às mudanças atuais e insiste em resistir às transformações, é importante levar em conta a necessidade de um mediador no processo de acesso ao conhecimento.

É importante ressaltar que em qualquer conceituação de currículo, este sempre está comprometido com algum tipo de poder, pois não existe neutralidade no currículo, ele é o veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional. Para Sacristán (2000), (p.15-16):

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

O êxito deve-se à eficácia do currículo às políticas públicas alinhadas às práticas inovadoras como pontua Teixeira, E. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, 2002. Disponível em: [http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas](http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas). p.3. Acesso em: 20/01/2022).

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São nesse caso, políticas explícitas, sistematizadas e formuladas em documentos (leis, programas e linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre intervenções e declarações de vontade e ações desenvolvidas. Devem ser consideradas, também, as ‘não ações’, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Assim, as escolas são instituições do ensino formal norteadas por currículos oficiais instituídas por políticas públicas operacionais inseridas no tempo e no espaço, mediando e interagindo com a sociedade pela sua organização curricular, sua cultura, sua estrutura e a sua historicidade. Assim sendo, o ensino que nela se pratica é sustentada por COLL; MORENO,(

2010, p.39), que diz:

Deveria servir para dar sentido ao mundo que rodeia os alunos, para ensiná-los a interagir com ele e a resolverem os problemas que lhes são apresentados..

Ao professor, torna-se fundamental saber que tipo de indivíduo pretende formar, pois disso dependem as escolhas dos conteúdos que ensinam, das metodologias e das atitudes que assumem diante dos alunos. A sala de aula é um organismo vivo, complexo, imprevisível e mutante. Segundo Gómez (1998, p. 74)

A base da eficácia docente encontra-se no pensamento do professor capaz de interpretar e diagnosticar cada situação singular e de elaborar, experimentar e avaliar estratégias de intervenção.

E não em adotar modelos universalmente válidos de como ensinar. Uma mesma estratégia de ensino pode provocar resultados completamente diferentes nos alunos de uma mesma sala, porque os alunos não são receptores passivos de conhecimento e os processos de aprendizagem são particulares, singulares e subjetivos COMO SUSTENTA GÓMEZ,(1998, p. 39):

Tanto os alunos quanto os professores são ativos processadores de informação e subjetivos construtores de significados.

e precisam estar motivados para realizar o esforço necessário para alcançar as aprendizagens. A sala de aula está repleta de situações de aprendizagem, cabendo ao professor lançar mão de estratégias para atender às diversas formas de aprender dos alunos. Nem todos aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo e fazem as tarefas do mesmo jeito. Para atender a diversidade de uma sala de aula, o planejamento do professor precisa prever um amplo leque de atividades, intencionalmente planejadas, que ajudem a resolver as diferentes situações complexas que a sala de aula apresenta. É necessário diversificar as atividades, com diferentes opções ou níveis possíveis de realização, assim como intervir de maneiras diferentes no auxílio às dificuldades dos alunos.

A mediação do professor deve apoiar-se nas características individuais dos alunos, através de uma interação que permita ao docente, na medida do possível, acompanhar os processos realizados pelos educandos em sala de aula, fazendo as intervenções diferenciadas quando necessárias. Em síntese, trabalhar com educandos provenientes de diversos contextos culturais e sociais e com diferenciada nivelação em relação a aprendizagem com a intenção de oferecer as mesmas garantias de aprendizagem para cada indivíduo. Assim afirma VYGOTSKY (1987, p.72).

O ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a de um papagaio, que simula o conhecimento de um conceito correspondente, mas que na realidade oculta um vácuo.

A própria sociedade contemporânea impõe desafios para a prática educativa e exige um olhar cuidadoso do pesquisador sobre a atuação docente, pois o conhecimento não é uniforme para os estudantes que desde muito cedo manipulam ferramentas tecnológicas de comunicação e informação; os acessos que os educandos têm à informação são muito diversos de há alguns anos. Portanto, existe uma necessidade premente de uma ação pedagógica que transforme a relação do (a) estudante com a informação, o conhecimento e a identidade. Segundo Silva (2001, p. 15 – 16):

No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de “identidade” ou de “subjetividade”. Se quisermos recorrer à etimologia da palavra “currículo”, que vem do latim curriculum, “pista de corrida”, podemos dizer que no curso essa “corrida” que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. É sobre esta questão, pois, que se concentram também nas teorias do currículo.

Diante dessa linha de pesquisa, o currículo deve estar justaposto às políticas públicas ao conceito de grade curricular não apenas como um documento bibliográfico e normativo com referências profissionais mas, mediado por práticas educativas inovadoras na perspectiva de conhecer o conceito do currículo e vinculá-lo a identidade dos sujeitos e suas complexidades / especificidades, valorizando sua história e o seu conhecimento prévio, levando em consideração que nas modalidades educacionais institucionais formais não se aplica simplesmente o processo de formação deste sujeito, mas sim a complementação de um sujeito formado é que se faz necessário um estudo aprofundando do real currículo e o velho conceito de grade curricular.

Refletir antigas práticas que desvinculam o sujeito e desconsiderar sua importância na questão “currículo” e a identidade deste sujeito que muitas situações levam até um descumprimento da garantia básica de uma educação de qualidade.

Dentre as teorias de currículo levantadas por estudiosos há sempre uma certeza: o currículo define ideologias e demanda poderes. O modelo adotado por uma entidade de educação seja ela voltado para todos os segmentos institucionais da educação formal ou para outra modalidade de ensino, transmite ideologias, crenças, relações de força / poder, etc., muitas vezes modificando uma dinâmica social existente e propende pessoas há um determinado modo de pensar e agir, perfazendo-se assim o poder de outrem em uma realidade. Neste contexto, ainda é preciso levar em consideração os currículos implícitos que vêm arraigados e que tem a entidade educacional e os profissionais envolvidos no processo como principais perpetuadores, mesmo que sem perceber, de ideias e conceitos que alteram o processo. Na realidade, a entidade, os profissionais envolvidos e os próprios estudantes não têm noção de que estão participando de um processo atuante de dominação e que são os dominados. O simples ato de escolher um conteúdo para compor a grade curricular, que é parte da dinâmica do currículo, é em si um ato de dominar. O fato de conhecimentos importantes serem eliminados desta grade e não serem consideradas as opiniões de parte dos participantes desta decisão é um ato de dominação. Segundo Silva (2000):

O domínio simbólico, que é o domínio por excelência da cultura, da significação, atua através de um ardiloso mecanismo. Ele adquire a sua força precisamente ao definir a cultura dominante como sendo a cultura. Os valores, hábitos e costumes, os comportamentos da classe dominante são aqueles que são considerados como constituindo a cultura. Os valores e hábitos de outras classes podem ser qualquer outra coisa, mas não são a cultura.

Eis a questão: A eficácia dessa definição da cultura dominante como sendo a cultura depende de uma importante operação. Para que essa definição alcance a sua máxima eficácia, é necessário que ela não apareça como tal, que ela não apareça justamente como o que ela é, como uma definição arbitrária, como uma definição que não tem qualquer base objetiva, como uma definição que está baseada apenas na força, (agora propriamente econômica) da classe dominante. É essa força original que permite que a classe dominante possa definir a sua cultura como a cultura, mas nesse mesmo ato de definição oculta-se a força que torna possível que ela possa impor essa definição arbitrária. Há, portanto, aqui, dois processos em funcionamento: por um lado, a imposição e, por outro, a ocultação de que se trata de uma imposição, que aparece, então, como natural.

As novas teorias críticas de currículo que são as teorias pós-críticas permeiam suas ideias enfatizando: identidade, alteridade, cultura, gênero, diferença, saber-poder,

multiculturalismo entre outros, e o que se percebe é que estes conceitos e ideias ainda não fazem parte do contexto atual e discutem com antigas teorias que são as tradicionais (ensino, aprendizagem, organização, planejamento, metodologia, didática, etc.) e as críticas (ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, currículo oculto, capitalismo, etc.), que como podem ser observadas não são tão antigas, tendo em vista, que o que há de predominante no modelo atual de currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tendência curricular atual faz-se necessário contemplar as políticas públicas às práticas educativas inovadoras à inclusão do sujeito para que complete o processo do currículo e ao mesmo tempo haja uma quebra de poder e de dominação. O sujeito precisa ser ativo e participativo, consciente do seu papel, com ideias e ideais, só assim o conceito de currículo poderá vir a ser utilizado em sua totalidade.

O currículo e o seu conceito de sistema e grade curricular tendem a justapor às políticas públicas e às novas tendências técnico-científicas que geram necessidades emergentes da contemporaneidade de se articular nas instituições oficiais de ensino. O conceito de currículo precisa ser expandido, dialogado e entendido pelos profissionais envolvidos no processo, pois, a discussão faz-se necessária e sua aplicabilidade também, quando há o entendimento que definitivamente currículo real / operacional demanda poder e dominação.

Valorizar este processo dinâmico curricular e difundi-lo tende a favorecer e facilitar o trabalho da educação e das instituições oficiais de ensino, já que a educação se propõe a um processo de formação de cidadãos e conseqüentemente o fortalecimento de identidades, culturas e abertas às tendências técnica-científicas.. Torna-se relevante pontuar, dessa forma, que o currículo e o professor são elementos fundamentais para o desenvolvimento de concepções inovadoras por parte dos estudantes; logo um docente que não se atualiza carrega consigo deformações tornando-se um risco eminente na formação de discentes contextualizados.

Avalia-se a necessidade de mais adequações do currículo oficial às políticas públicas nas prática educativas inovadoras para garantir a inclusão digital, recursos financeiros e contínua qualificação dos docentes e transparência na agenda de prioridades curriculares das instituições formais e um monitoramento constante por parte dos gestores públicos e dos demais segmentos sócio educativos para implementar uma prática educativa eficiente, eficaz, efetiva em relação às demandas dos sucessivos avanços técnico-científicas..

Olhar o currículo com novas formas nos permite enxergar além das fronteiras que a escola possa dominar: “Currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia é nossa vida.” (Silva, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIETA de Meza Y Meza Cepeda. Analizan los problemas que acarrea esta situación el campo educativo, desde el punto de vista pedagógico, organizacional

ARRUDA, Eucidio. EP. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação, 2020. ARRUDA, Eucidio. Implementação das tecnologias digitais nos currículos das escolas de Educação Básica dos países membros da OCDE. In: SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira (org). Subsídios à elaboração da BNCC: estudos sobre temas estratégicos da parceria CNE e Unesco. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: <https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/SubsidiosBNCC.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro 2022, às 10:45..

Beatriz M. Arrieta de Meza, Rafael Meza Cepeda, La comprensión lectora y la redacción en estudiantes universitarios , Revista Iberoamericana de Educación: Vol. 36 Núm. 13 (2005): Número especial. Acesso em 19 de janeiro de 2022 às 08:58.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 18/01/2022 às 18:20.

CHARLOT, Bernard. Globalização e educação. Texto da Conferência no Fórum Mundial da Educação, 2000. Apud LIBÂNEO, José Carlos. As Teorias Pedagógicas Modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (org.). Educação na era do conhecimento em rede e Transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005, p. 19-62.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre:

Artes Médicas, 1995, 3v.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu Da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2000.

<https://www.geledes.org.br/stuart-hall-identidade-em-questao-identidade-cultural-na-pos-modernidade-p-07-22/> / Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:05

GUERRA, GLEIDIS R. Aventuras de Construir - <https://aventuradeconstruir.org.br/>, p.1: Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:35.

HONORATO HG, Marcelino ACKB. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. REDE: Diálogos da Educação. 2020; 1 (1): 208-20. https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/?lang=pt_format=pdf, p 2. Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:15.

MACHADO PLP. Educação em tempos de pandemia: Ensinar através de tecnologias e mídias digitais. Rev Cient Multidisciplinar Núcleo Conhecimento. 2020; 08: 58-68. brasileira em tempos de Covid-19. Em Rede. 2020; 7 (1): 257-75.

MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. A Incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 66- 96.

SACRISTÁN, J.Gimeno. O currículo é uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, E. O. Cibercultura: o que muda na educação. Entrevista ao programa Salto para o Futuro. TV Brasil. Disponível em ROSEMARY SANTOS SANTOS; EDMÉA OLIVEIRA SANTOS.

http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=119> Acesso em 6 de julho de 2018.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. In: Revista de Educação. N. 16. São Paulo: APEOESP. 2003.

SILVA, Marcos. O professor online e a pedagogia da transmissão. Disponível em: http://www.saladeaulainterativa.pro.br/texto_0002.htm. Acesso em 18 janeiro de 2022, às 20:25.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SILVA, T. T. da. Teorias do currículo: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2000.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SILVA, Bento (2001). A tecnologia é uma estratégia. Paulo Dias & Varela de Freitas (org.). Actas da II Conferência Internacional Desafios 2001. Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho do Projecto Nónio, pp. 839-859. (ISBN: 972-98456-1-1). Acesso em 18 janeiro de 2022, às 20:25.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, 2002. Disponível em: [http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas](http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas). p.3. Acesso em: 17/01/2022).

UNICAMP, RAMOS, Marise Nogueira (2011) - Marise Nogueira Ramos (EPSJV/FIOCRUZ; PPFH/UERJ) - Eixo: Pedagogia Histórico-Crítica. Acesso em 19 de janeiro de 2022, às 09:10

VALENTE, J. Armando. (org.) Formação de Educadores para o uso da Informática na Escola. São Paulo : Editora UNICAMP, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987

[1] Doutorando em Ciências da Educação (UTIC - ASSUNÇÃO) – Mestre em Teologia – Pós Graduado Latu Sensu em Filosofia da Ciência e Teorias do Conhecimento (UNIFEBE-SC) – Especialista em Gestão Escolar (UDESC-SC) – Especialista em História e Geografia do Brasil – Graduado em Estudos Sociais (UNIFEBE-SC) – Graduado em Filosofia (Faculdade Entre Rios-PI).